

# economia

## Banco do Brics destinará R\$ 5,7 bi ao Estado

Recurso do agente internacional será operacionalizado por BNDES e BRDE para a reconstrução do Rio Grande do Sul

### / CLIMA

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), também conhecido como Banco do Brics, vai destinar US\$ 1,115 bilhão, cerca de R\$ 5,750 bilhões, para o Rio Grande do Sul. O anúncio foi feito ontem pela presidente do NDB, Dilma Rousseff, nas redes sociais. Desde o fim de abril, o estado vem sendo fortemente atingido por temporais, enchentes e alagamentos.

Em seu perfil na rede social X, Dilma classificou o momento vivido pelo estado brasileiro como difícil e doloroso e citou um cenário de calamidade pública. “Sei que têm sido semanas de muita dor e tristeza. Conversei com o presidente Lula e com o governador [do Rio Grande do Sul] Eduardo Leite para tratarmos dessa situação dramática e definirmos como poderíamos prestar ajuda financeira”.

“O Banco do Brics tem um compromisso e vai atuar na reconstrução e na recuperação da infraestrutura do estado. Queremos ajudar as pessoas a recons-

truir suas vidas. Vamos destinar, da maneira mais rápida possível, recursos para o estado. Será US\$ 1,115 bilhão. Isso significa R\$ 5,750 bilhões”, escreveu Dilma Rousseff.

Segundo Dilma, o montante será liberado em parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

“Em parceria com o BNDES, vamos liberar US\$ 500 milhões, sendo US\$ 250 milhões previstos para pequenas e médias empresas, US\$ 250 milhões para obras de proteção ambiental, infraestrutura, água, tratamento de esgoto e prevenção de desastres. Em parceria com o Banco do Brasil, o NDB vai destinar US\$ 100 milhões para infraestrutura agrícola, projetos de armazenagem e infraestrutura logística. Em parceria com o BRDE, vamos destinar US\$ 20 milhões para projetos de desenvolvimento e mobilidade urbana e recursos hídricos.”

No curto prazo, serão destinados ainda, de acordo com Dilma,

US\$ 295 milhões previstos em um segundo contrato com o BRDE, em processo de aprovação final. “Destinaremos os recursos para obras de desenvolvimento urbano e rural, saneamento básico e infraestrutura social. US\$ 200 milhões serão disponíveis para serem financiados diretamente pelo NDB, podendo contemplar obras de infraestrutura, vias urbanas, pontes e estradas”.

“Vale apontar que a gestão desses recursos, no valor de R\$ 5,750 bilhões, é flexível. A destinação dessa verba é passível de direcionamento, de acordo com as urgências, prioridades e necessidades do estado do Rio Grande do Sul”, disse.

“Tenho certeza de que, pela força do povo gaúcho, a solidariedade do povo brasileiro e da comunidade internacional, essa crise será superada. Devemos tomar todas as medidas para que ela não mais se repita”, concluiu.

Em seu perfil no X, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou a liberação de recursos pelo Banco do Brics ao Rio Grande do



JÜRGEN MAYRHOFER/PALÁCIO PIRATINI/JC

De imediato, banco destinou R\$ 1,25 milhão para apoio emergencial

Sul. “Importante anúncio para o Rio Grande do Sul da presidenta do Banco do Brics, Dilma Rousseff”.

O Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) também anunciou um pacote de medidas com potencial para chegar a US\$ 746 milhões (R\$ 3,8 bilhões) em recursos financeiros para apoiar a reconstrução do Rio Grande do Sul.

“Manifestamos nossa absoluta solidariedade ao país e nos colocamos à disposição para apoiar os trabalhos imediatos de socorro às vítimas e de reconstrução da

infraestrutura do estado, de forma coordenada com as diretrizes dos governos federal, estadual e municipais”, declarou o presidente do CAF, Sergio Díaz-Granados, em nota.

De imediato, o banco disponibilizou uma doação de US\$ 250 mil (R\$ 1,25 milhão) para apoio aos trabalhos de emergência e US\$ 1 milhão (R\$ 5 milhões) em cooperações não reembolsáveis já disponíveis ao Ministério do Planejamento e Orçamento, a serem utilizados em medidas de mitigação das ações climáticas.

## Ata do Copom expõe motivos para o corte da Selic

### / CONJUNTURA

A ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), divulgada ontem, detalha as razões que levaram o colegiado a se dividir em relação ao ritmo de corte da Selic, que foi reduzida de 10,75% ao ano para 10,50% ao ano na última semana, abandonando a guidance de março que indicava uma redução de 0,50 ponto percentual (p.p.).

Segundo a ata, os diretores que votaram por 0,25 ponto de queda avaliaram que a sinalização era condicional e, mais importante do que um custo reputacional, era o compromisso com o combate à inflação. Já os que optaram pelo corte de 0,50 p.p. argumentam que seguir a guidance e reforçar o compromisso com o combate à inflação não pode ser confundido com leniência. Mesmo com as divergências sobre o tamanho do corte, todos os membros do Copom concordam que o juro terminal deve consolidar desinflação e ancoragem de expectativas.

O grupo que votou pelo declínio de 0,25 p.p. inclui o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e os diretores Carolina de Assis Bar-

ros, Diogo Guillen, Otávio Damaso e Renato Dias de Brito Gomes, que já estavam na autoridade monetária antes da gestão Lula. Ao justificar a posição, esse grupo considerou que o cenário para a redução sinalizada anteriormente não se confirmou em função da desancoragem adicional das expectativas, da elevação das projeções de inflação, do cenário internacional mais adverso e da atividade econômica mais dinâmica do que esperado.

Para eles, o forward guidance indicado em março “sempre foi condicional” e houve mudanças no cenário esperado. “Tais membros ressaltaram que muito mais importante do que o eventual custo reputacional de não seguir um guidance, mesmo que condicional, é o risco de perda de credibilidade sobre o compromisso com o combate à inflação e com a ancoragem das expectativas”, diz a ata. A escolha da redução de 0,25 p.p., portanto, foi vista como mais apropriada para o atingimento da inflação na meta no horizonte relevante.

Já os diretores indicados na nova gestão Lula - Ailton de Aquino, Gabriel Galípolo, Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira - optaram por

um corte de 0,50 ponto, seguindo a sinalização anterior. A ata pontua que esse grupo também compartilha a percepção de aumento das incertezas e do firme compromisso com o objetivo fundamental de atingimento da meta e de reancoragem das expectativas. Esse grupo propôs um debate sobre o custo de oportunidade de não seguir a sinalização, ainda que com mudança de cenário. A ata relembra que esse tipo de discussão já ocorreu em outras reuniões e avaliava se o cenário prospectivo divergia tão significativamente do esperado a ponto de valer o custo reputacional de não seguir o guidance, com custos de reduzir o poder das comunicações formais do Copom.

A posição desse grupo era de seguir com o corte de 0,50 ponto percentual já indicado, e reafirmar o firme compromisso com a meta e com a requerida taxa de juros terminal, para garantir a convergência da inflação para a meta. A avaliação ainda inclui uma observação de que as projeções de inflação eram mais afetadas pela determinação da taxa de juros terminal, por isso o corte de 0,50 p.p. ainda manteria a política monetária suficientemente contracionista.

## Haddad vê ata ‘adequada’ e em linha com o esperado por ele

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a ata do Comitê de Política Monetária (Copom), que justificou o corte de 0,25 ponto percentual na Selic (de 10,75% para 10,50%), foi “muito adequada” e estava em linha com o que ele esperava. “Entendia que eram duas posições técnicas, respeitáveis e a ata deixou claro que os argumentos de lado a lado eram pertinentes e defensáveis”, disse Haddad, ao deixar a sede da Fazenda em direção ao Palácio do Planalto.

Ele também avaliou que a ata dissipou um temor do mercado em relação à divisão dos votos para o corte de juros.

Os quatro diretores indicados pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, haviam optado por seguir a sinalização da reunião de março e cortar 0,50 p.p. da Selic. Já os demais integrantes do colegiado decidiram diminuir o ritmo de cortes por causa das mudanças de cenário. A ata explicitou

que a divergência se deu pelo custo reputacional de seguir ou não o guidance, e que o colegiado está alinhado nas avaliações sobre o cenário macro e compromisso com atingimento da meta.

“A ata fala por si mesma. É bem técnica e justifica os dois posicionamentos com clareza. Para todo mundo que leu, entendeu que as questões estão bem colocadas”, reiterou Haddad.

Questionado sobre seu entendimento a respeito de como o Banco Central deve perseguir a meta de inflação - se no centro, de 3%, ou considerando as bandas de 1,5 p.p. para cima ou para baixo -, Haddad disse que “a banda existe para casos excepcionais”.

O ministro ponderou que o governo assumiu, em 2023, com uma inflação muito elevada e disse que, em 2022, a desoneração dos combustíveis foi um artifício usado para reduzir a inflação artificialmente.